



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2	PUBLICADO NO D. 874
C	19.04.19
C	Rebírica

Processo n° 10120.003653/90-77

Sessão de : 19 de outubro de 1993
Recurso n°: 91.777
Recorrente: JACY ROSA DA SILVA.
Recorrida : DRF EM GOIANIA - GO

ACORDADO N° 203-00-767

PROCESSO FISCAL - RECURSO NAO CONHECIDO - Não cumpridos os termos expressos na decisão de primeira instância, com determinações precisas relativas à extinção de crédito discutido e a emissão de novo lançamento corretamente efetuado. Recurso de que não se conhece.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JACY ROSA DA SILVA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por falta de objeto.** Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI e RICARDO LEITE RODRIGUES.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1993.

OSVALDO JOSE DE SOUZA - Presidente

MARIA THEREZA VASCONCELOS DE ALMEIDA - Relatora

RODRIGO DARDEAU VIEIRA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 12 NOV 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SERGIO AFANASIEFF, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS, CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

/ovrs/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° 10120.003653/90-77

Recurso N°: 91.777

Acórdão N°: 203-00.767

Recorrente: JACY ROSA DA SILVA

R E L A T O R I O

O Contribuinte nos autos epigrafado impugna (fls. 01, anexos) o lançamento referente à notificação do ITR/90, incidindo sobre o imóvel Vertente do Araguaia, Município de S. Miguel do Uruguai, Código n° 926.124.006.475-9, área total de 363,0 ha, tendo como proprietário atual Oládio Luiz Cardoso.

Traz seu inconformismo manifesto com a argumentação de que, no dia 25/06/84, vendeu o imóvel em questão ao Sr. Oládio Luiz Cardoso, a quem transmitiu os direitos e deveres respeitantes à propriedade.

Argumenta ainda que o imóvel em tela está há tempos cadastrado em nome do referido Senhor.

Junta cópia da escritura (fls. 03 e 04/verso) devidamente registrada, comprovando o que afirma.

O expediente de fls. 14, lavrado pelo INCRA/GO, expõe que, através da escritura de compra e venda anexa aos autos, ficou comprovada a venda de apenas 246,5 ha do total de 363,0 ha da área questionada, remanescendo assim 116,5 ha da propriedade com o antigo dono, ora impugnante.

Na decisão de fls. 20/21, o julgador singular propõe seja o lançamento julgado procedente em parte, determinando à DRF/GO que encaminhe cópia da decisão à Divisão de Cadastro e Tributação da Superintendência Regional do INCRA, para que seja emitido CGP em pagamento especial, sob o código impugnado em nome de Jacy Rosa da Silva, no caso, o requerente, com a área correta (116,5 ha), visto que a área alienada já está cadastrada em nome de Oládio Luiz Cardoso, com o Código 926.124.000.140-4 (fls. 12).

Determina também o cancelamento do crédito tributário apontado no CGP/90 de fls. 18.

Ciente da decisão monocrática, através do comunicado a ele remetido (fls. 24), o requerente interpõe Recurso Voluntário a este colegiado, pleiteando o cancelamento da exigência fiscal.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10120.003653/90-77

Acórdão no 203-00.767

**VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA**

Trata-se de Recurso que não merece ser conhecido.

Com efeito, tal conclusão torna-se óbvia do exame mais especificamente da decisão de primeira instância.

Analizando-se a mencionada peça (fls. 21) no seu arremate, depreender-se que o digno julgador monocrático determinou no item b o cancelamento do crédito tributário apontado no CGP de fls. 18, correspondente ao exercício em discussão.

Determinou, ainda, a digna autoridade fiscalizadora, o envio de cópia da decisão por ela prolatada à Divisão de Cadastro e Tributação da Superintendência Regional do INCRA, para emissão de novo CGP em pagamento especial, com a área considerada correta (116,5 ha) visto que a área alienada já tem novo código, correspondente a novo proprietário.

Vemos, pois, que a decisão foi para novo lançamento, que não foi efetuado.

O crédito de que se trata foi mandado cancelar, estando, pois, extinto (item b da decisão a quo).

o item a, igualmente, não foi cumprido - a expedição de nova guia sobre o valor remanescente.

E de se esperar, assim, que seja cumprida a decisão do julgador monocrático, efetuando-se novo lançamento nos moldes dispostos pela autoridade fiscalizadora e que intimado seja o contribuinte para defender-se, trazendo documentação, se julgar necessário.

Felos termos expostos, descumprida a decisão de primeira instância, não conheço do recurso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1993.

MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA